

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. RAZÃO DE EXISTÊNCIA DAS TUTELAS AMBIENTAIS.

Daniela Rodrigues Peres Fonseca

Profª Faculdade de Direito ITE-Bauru, Fundação Eurípedes de Marília,
Fundação Educacional de Jahu; Escola Superior da Advocacia.
Mestranda na Faculdade de Direito de Bauru - ITE

Meio Ambiente, tema que atualmente tem povoado congressos internacionais, reuniões de organizações não-governamentais, tem sido declarado e exigido por todas as nações, por todos os povos. Pensar em Meio Ambiente é pensar inicialmente em direito transindividual, ou metaindividual se preferirmos. E o que seria este direito? As doutrinas clássicas apresentavam aos acadêmicos, nas primeiras letras das cadeiras universitárias jurídicas, a grande divisão entre dois balaústres do Direito, quais sejam, aqueles afetos aos direitos ou interesses privados e aqueles afetos aos direitos ou interesses públicos. Ocorre que, com o passar dos tempos, as consciências humanas passaram a perceber que o "eu", individualmente considerado, de nada valeria se não estivéssemos voltados para o "nós", para todos, para a coletividade; as atitudes pessoais, sem qualquer dúvida, comprometiam as coletividades e, à medida que isto passou a ser sentido, pudemos perceber o que chamamos do despojar-se das consciências individuais para a busca das consciências coletivas. Surgiram então os direitos coletivos *lato sensu*, aqueles, afastados da idéia de Estado e de Direito Público, portanto, mas também afastado, sobreposto, à idéia de direito individual. Seria, em princípio, uma terceira categoria de direitos ou interesses que não se enquadrariam naquelas preteritamente identificadas. Disse de outra fei-

ta Mauro Cappelletti "entre o interesse público e o privado, criou-se um abismo preenchido pelos direitos metaindividuais"¹

O que pudemos perceber foi a existência da necessidade de se tutelar, de forma a preservar estes interesses superiores, tão importantes, de tanto valor. Fez-se necessário criarmos um sistema jurisdicional de proteção destes bens coletivos por excelência considerados. E o nosso país, um passo à frente da humanidade, apresenta confeccionado este sistema protetivo, guiado pelas linhas fortes e mestras da Constituição Federal e consagrado na legislação infraconstitucional de forma primeira pela lei da Ação Civil Pública (do ano de 1985), recepcionada pela carta maior, e definitivamente sedimentado pelo Código de Defesa do Consumidor, de 1990, apto à defesa não apenas de direitos afetos às relações de consumo, mas sim para defesa de todos os direitos metaindividuais, posto que os diplomas mencionados, expressamente ao longo de seus textos, determinam esta integração e aplicação de uma a outra lei, protegendo, com isto, consumidor, erário público, educação, saúde, infância e adolescência e, é claro, o meio ambiente.

Pois bem, pensar em meio ambiente exige duas considerações iniciais; a primeira a ser destacada é aquela que o eleva à categoria do primordial, do supremo direito coletivo; e isto em face do direito ambiental, em primeira análise, ter como bem, mediatamente tutelado, a própria vida humana. É que a idéia de meio ambiente, e aí se entenda aquele ecologicamente equilibrado, sadio, saudável (como determina a norma formal e materialmente constitucional – artigo 225 CF/88), torna-o realmente o maior dos direitos coletivos por estar intimamente relacionado à idéia de vida e vida saudável, como sendo a única expressão da digna sobrevivência humana. Daí o segundo ponto a ser destacado, o meio ambiente é vida e vida sadia; devemos preservar o ecossistema, o ambiente, de forma equilibrada porque o homem precisa dele para viver, é o que se denomina nas doutrinas mais autorizadas, uma visão antropocentrista do direito ambiental. Preservar-se, impõe-se a conservação porque esta nossa geração, de seres humanos, e as futuras gerações, também de seres humanos, assim necessitam.

Todos estes enfoques têm única razão de ser, qual seja, preservarmos o meio ambiente, enquanto o maior dos direitos coletivos, em face da visão antropocêntrica

¹FIORILLO, Celso Antonio Pacheco e RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Direito Ambiental, 2ª ed. Max Limonad, SP, 1999, p. 85 "*De extrema felicidade foi a colocação do jurista Mauro Cappelletti quando disse que 'entre o público e o privado criou-se um abismo preenchido pelos direitos metaindividuais'. Isto significa dizer que com o fenômeno de massificação social, resultado de uma revolução sociopolítica-econômica e tecnológica, o papel do Estado Liberal teve de ser revisto. por ele mesmo Estado, vez que o manto da individualidade liberal do século XVIII já não se prestava mais para regular as exigências de uma realidade completamente avessa àquela que justificava determinada postura do Estado.*"

A respeito do assunto ainda, entre outros que assim também prelecionam: MANCUSO, Rodolfo de Camargo, *Interesses Difusos*, 4ª ed, Revista dos Tribunais, SP, 1997, p. 36: "O reconhecimento da insuficiência da dicotomia 'público-orivado' tem por base o fato de que, na verdade, há uma interação firme e constante entre esses dois termos. a impedir que sejam postos em compartimentos estanques".

ca ambiental, única e exclusivamente porque o homem necessita viver com dignidade! É a dignidade da pessoa humana a mola mestra do surgimento das tutelas ambientais, constatado que foi o fato social prévio relacionado à degradação do meio ambiente.²

O princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto fundamento de validade da República Federativa do Brasil, está inserido na Constituição Federal *ab initio*, onde se lê no artigo 1º. que a República constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros, III - a dignidade da pessoa humana. Com isto, o texto maior

"concede unidade aos direitos e garantias fundamentais, sendo inerente às personalidades humanas. Esse fundamento afasta a idéia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual. A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações aos exercícios dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos".^{3 4}

Neste sentido, podemos afirmar que a dignidade da pessoa humana é fundamento de validade de todos direitos humanos fundamentais, notadamente aqueles inerentes à vida, à intimidade, à honra, à imagem.

Temos que a dignidade humana funda-se em dupla concepção:

²Fato social é o acontecimento da vida que, gerando um sentimento de inconformismo geral, coletivo, faz surgir as tutelas jurídicas. Primeiro o homem devastou, degradou o meio ambiente de todas as formas e em todos os aspectos. Em seguida, o inconformismo exigiu a atuação estatal fazendo surgir os instrumentos jurídicos, preceitos primários e secundários, formas de preservação ambiental, ainda que pela vida oblíqua!

³MORAES, Alexandre, *Direito Constitucional*, Atlas, SP, 1998, p.49.

⁴SILVA, José Afonso da, *Obra cit.* pg. 106. "A Dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito a vida. "Concebido com observância constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais observam Gomes Canotilho e Vital Moreira, o conceito de dignidade da pessoa humana obriga a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não uma qualquer idéia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir 'teoria do núcleo da personalidade' individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana. Daí decorre por que a ordem econômica há de ter por fim assegurar a todos existência digna (art. 170), a ordem social visará a realização da justiça social (art. 193), a educação, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 205) etc., não como meros enunciados formais, mas como indicadores do conteúdo normativo eficaz da dignidade da pessoa humana.

"Primeiramente prevê um direito individual protetivo, seja em relação ao próprio Estado, seja em relação aos demais indivíduos. Em segundo lugar, estabelece verdadeiro dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes. Esse dever configura-se pela exigência do indivíduo respeitar a dignidade de seu semelhante tal qual a Constituição Federal exige que lhe respeitem a própria".⁵

Historicamente, buscamos suporte de validade no direito romano que em três normas é capaz de traduzir a aplicabilidade deste princípio:

* *honestere vivere* (viver honestamente)

* *alterum non laedere* (não prejudiquem ninguém)

* *suum cuique tribuere* (dê a cada um o que lhe é devido)

Ensina Canotilho que se analisarmos as experiências históricas relativas à aniquilação do ser humano (inquisição, escravatura, nazismo, estalinismo, genocídios étnicos) "a dignidade da pessoa humana como base da República significa, sem transcendências ou metafísicas, o reconhecimento do *homo noumenon*, ou seja, do indivíduo como limite e fundamento do domínio político da República".⁶

Desta forma, acrescenta o mestre, a República é uma organização política que serve ao homem, não é o homem que serve aos aparelhos políticos - organizatórios. Portanto, esta compreensão do princípio da dignidade humana justifica posturas constitucionais lá (Portugal) e aqui preenchidas como a proibição da pena de morte e da prisão perpétua (Constituição Portuguesa respectivamente artigos 24 e 30 I).

Encerra o pensamento, concluindo Canotilho que a consagração do princípio da dignidade da pessoa humana faz surgir a idéias de "**comunidade constitucional inclusiva**", pautada pelo multiculturalismo mundividencial, religioso ou filosófico.

E assim o é. Reconhecer a dignidade da pessoa humana como núcleo essencial da República ou, cá para nós, como pressuposto da República e do Estado Democrático de Direito, é conclamar o contrário de "verdades" ou "fixismos" políticos, religiosos ou filosóficos. Não pode o republicanismo mundial contemporâneo, baseado nos princípios da dignidade da pessoa humana, impor "teses", "dogmas", "religiões", "verdades" ou "ordens" sob pena de morrerem em si diante da contradição essencial.

Há uma relação de causa e efeito, onde a dignidade humana é causa, é fonte geradora de todos os direitos fundamentais do homem.

⁵MORAES, Alexandre, *Direitos Humanos Fundamentais*, p. 60.

⁶CANOTILHO, J.J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 2 ed, Coimbra, Almedina, 1998, p. 219.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10-12-48, reafirmou a crença dos povos nas Nações Unidas, nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, visando a promoção do progresso social e a melhoria das condições de vida em uma ampla liberdade.

E quais direitos são esses? A resposta é simplista demais. Todos os direitos, incluindo a vida e a liberdade, aliás, irrenunciáveis. Veja, por exemplo, o que preleciona Sartre - "O homem não pode renunciar à sua liberdade"⁸, com esta afirmação fala ele no peso da responsabilidade de sermos livres. Frente a esta liberdade, o homem deve se angustiar, porque esta liberdade implica escolha, que só o próprio indivíduo pode ter.

Muitos de nós quedamo-nos inertes, paralisamos e, assim, achamos que não fomos obrigados a escolher. Mas a não-ação, por si só, já é uma escolha.

Arriscar-se, procurar a autenticidade, é uma tarefa árdua, uma jornada pessoal que o ser deve empreender em busca de si mesmo.

Se estivermos a falar em escolhas, a escolha correlata ao mandamento constitucional, mas, além disto, a escolha consciente, preservadora, digna de si e de seus semelhantes é aquela que opta por uma sadia qualidade de vida, mas sem hipocrisia ou demagogia, o dever de optar por um viver não degradador, por um viver em consonância com os preceitos ecológicos, com o pensamento consciente e coletivo de preservação do bem comum.

Esta dignidade na opção é forma pura de coerência do real encontro em si mesmo do que dizíamos ser a chamada consciência coletiva. A opção individual encerra finalidades coletivas. O seu querer importa no querer dos demais, da coletividade. A par dos posicionamentos filosóficos e de divagações, a idéia realmente é impositiva se estivermos diante da opção da preservação ambiental.

Vemos que a liberdade ditada por Jean Paul Sartre, inegavelmente possui valores que vão de encontro com os princípios da dignidade da pessoa humana, atribuindo ao homem sua plena posse; entrega-lhe também os rumos da dignidade humana, sua e da coletividade; escolhe o homem a si mesmo, mas escolhendo a si, ele escolhe todos os homens. O ato individual engaja toda a humanidade, o homem é responsável por si em sua totalidade, desenha e escolhe seus caminhos e assim o é porque ele é dono do seu "eu". Querendo para si o bom, buscará para a humanidade o melhor, porque, ao final, a soma das consciências individuais resultará no encontro da consciência coletiva. Não se nega a solidariedade e a coletividade dos direitos na medida em que o coletivo, como já informado, é puro reflexo lógico e direito do querer individual.⁹

⁸A respeito da teoria existencialista de Sartre, leia J. P. Sartre, "Os Pensadores": *O Existencialismo é um Humanismo*, E. Globo.

⁹SARTRE, J. P., *O Existencialismo...* p. 19. Diria Sartre: "Quando declaro que a liberdade, através de cada circunstância concreta, não pode ter outro objetivo se não o de querer-se a si próprio, quero dizer que, se alguma vez o homem reconhecer que está estabelecendo valores, em seu desamparo, ele não poderá mais desejar outra coisa a não ser a liberdade como fundamento de todos os outros valores. Isto não significa que ele a deseje abstratamente. Mas, simplesmente, que os atos dos homens de ba-fê possuem como derradeiro significado a procura da liberdade enquanto tal. Um homem que adere a um sindicato comunista ou revolucionário quer alcançar objetivos concretos; tais objetivos implicam uma vontade abstrata da liberdade; porém, esta liberdade é desejada em função de uma situação concreta. Queremos a liberdade através de cada circunstân-

Somos pessoas individualizadas sim, mas vivemos em comunidade e buscamos vida sadia e saudável; nossas atitudes pessoais devem ter este comprometimento. Estas ditas atitudes humanas devem ser norteadas por posicionamentos éticos, matérias hoje que se posicionam frente ao Biodireito, a Bioética, a Biossegurança. E ali, tal qual aqui, o compromisso dos cientistas em busca de soluções melhores, de condições melhores de vida não pode esbarrar em posturas que não sejam ecologicamente adequadas. Eles não podem buscar a cura de Síndromes, por exemplo, sacrificando para isto vidas intra-uterinas, manipulando geneticamente células germinais humanas, descartando material genético humano *in vivo*, esquecendo-se de um comprometimento ético, assim como nós não podemos apreender espécies, criá-las em cativeiros, desviar cursos de rios, desmatar, proceder a queimadas ilegais, sem que, para tanto, eles e nós não sejamos seriamente punidos, ainda que esta punição seja forma de reeducação ambiental.¹⁰

Somos usufrutuários do meio ambiente em que vivemos e devemos protegê-lo e conservá-lo para as presentes e futuras gerações. Estas possuem não apenas uma expectativa de direitos de adquirirem, de receberem o meio ambiente intacto, não devastado, ecologicamente equilibrado, mas possuem na verdade um direito concreto e declarado constitucionalmente na norma estampada no artigo 225 da carta maior, fundado no direito/dever da perpetuação das espécies. Este contrato só estará aperfeiçoado se, ao momento que receberem o que lhes é de direito e passarem do *status quo*, para a função de proprietárias e usufrutuárias¹¹ devendo agora preservar para o fim de, ao futuro subseqüente, transmiti-lo (o planeta) de forma intacta, às futuras gerações.

cia particular. E, querendo a liberdade descobrimos que ela depende integralmente da liberdade dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa. Sem dúvida, a liberdade, enquanto definição do homem, não depende de outrem, mas logo que existe engajamento, sou forçado a querer, simultaneamente, a minha liberdade e a dos outros; não posso ter como objetivo a minha liberdade a não ser que meu objetivo seja também liberdade dos outros. De tal modo que, quando, ao nível de uma total autenticidade, reconheço que o homem é um ser em que a essência é precedida pela existência, que ele é um ser livre que só pode querer a sua liberdade, quaisquer que sejam as circunstâncias, estou concomitantemente admitindo que só posso querer a liberdade dos outros.

¹⁰A este respeito, remetemo-nos à lei 8974/95 - Lei da Biossegurança

¹¹Refiro-me aqui às futuras gerações

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.
- _____. *Curso de Direito Ambiental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
- ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BARROSO, Luís Roberto. *Constituição da República Federativa do Brasil Anotada*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus 1992.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1998.
- _____. *Direito Constitucional*. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araujo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 12ª e. São Paulo: Malheiros, 1995.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*, 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- FARIA, José Eduardo. *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Os Sindicatos e a Defesa dos Interesses Difusos*. Vol. 31. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- _____. *Curso de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, et al. *Direito Processual Ambiental Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável*, 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- GOMES, Luiz Flávio e outros. *Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Medidas Provisórias e Direito Penal*, 2 v. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- GRECO FILHO, Vicente. *Tutela Constitucional das Liberdades*, 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos; FINK, Daniel Roberto, et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. *Participação e Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em Evolução*, 2ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 1995.
- KRIGER FILHO, Domingos Afonso. *A Responsabilidade Civil e Penal no Código de Defesa e Proteção do Consumidor*. 1ª ed. Porto Alegre: Síntese, 1998.

- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses Difusos*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- MANZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. *Direitos Humanos Fundamentais*. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1997.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação em Vigor*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. *Dano Ambiental, prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: RT, 1993.
- RIZZATTO, Luiz Antonio Nunes. *Liberdade, Norma, Consciência e Existência*; 1ª ed. São Paulo: RT, 1995.
- _____. Luiz Antonio Nunes. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, Direito Material* (arts. 01º a 54). São Paulo: Saraiva, 2000.
- SAMPAIO, Francisco José Marques. *Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1998.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996. *Direito Ambiental Constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Tutela do Meio Ambiente*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Interesses Difusos e Coletivos*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SOUZA, Motauri Ciocchetti. *Interesses Difusos em Espécie*. São Paulo: Saraiva, 2000.